

## BUSCA PELA IDENTIDADE EM CRIANÇA COM IMPLANTE COCLEAR

*Alessandra Chasco<sup>1</sup> e Héilton Diego Lau<sup>2</sup>*

### RESUMO

Este trabalho teve por objetivo analisar e entender como ocorre a busca pela identidade de um aluno que possui o implante coclear, que está matriculado em uma escola regular da rede municipal de Irati-PR. Na pesquisa bibliográfica foram apontadas e estudadas temáticas referentes a educação dos surdos, identidade e cultura surda sobre o implante coclear. Por meio do método fenomenológico, analisamos a rotina de uma criança em forma de diário de campo. Através disso, percebemos que a criança realiza todas as atividades pelo professor está em processo de adaptação do aparelho e confusa em relação a sua identidade.

Palavras chave: Educação. Escola municipal. Estudante. Surdez.

## SEARCHING FOR CHILD IDENTITY WITH COCLEAR IMPLANT

### ABSTRACT

This study aimed to analyze and understand how the search for the identity of a student who has a cochlear implant, who is enrolled in a regular school in Irati-PR, occurs. In the bibliographic research, topics related to deaf education, identity and deaf culture about cochlear implant were pointed and studied. Through the phenomenological method, we analyze the routine of a child in the form of a field diary. Through this, we realize that the child performs all activities by the teacher is in the process of adapting the device and confused about their identity.

Key words: Education. Municipal School. Student. Deafness.

---

<sup>1</sup> Especialista em Educação Especial com Ênfase em Libras pelo Instituto Superior de Aprendizagem Multidisciplinar (ISAM). E-mail: [alechasko@hotmail.com](mailto:alechasko@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professor visitante do Instituto Superior de Aprendizagem Multidisciplinar (ISAM) e doutorando em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: [heliton.diego@hotmail.com](mailto:heliton.diego@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

A área de Educação Especial, mais especificamente pela área da surdez, durante a graduação no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), *campus* Irati, proporcionou trabalhar com alunos que possuem o implante coclear, em assuntos de como eles se identificam: surdo ou ouvinte? Quais os métodos utilizados para o aprendizado desse aluno?

Muito se estuda acerca da cultura e identidade de um povo ou determinado território, porém, pesquisas relacionadas a pessoas com implante coclear ficam no âmbito da análise da afeição por parte dos familiares, qualidade de vida após o implante, complicações, adaptação e avaliação da fala, entre outros, ficando a questão identitária fora das análises.

Este trabalho tem por objetivo entender e quais os avanços teóricos na busca pela identidade de crianças que realizam o implante coclear, visando que essas pessoas não são ouvintes e nem surdas, partindo da seguinte problemática: com qual identidade a criança com implante coclear se identifica?

## A EDUCAÇÃO DE SURDOS

A educação de surdos passou por muitas mudanças. No passado, crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram segregadas e até mortas, pois eram impedidas de usar a língua de sinais. Acreditava-se que os surdos não conseguiriam desenvolver o pensamento e por isso eram proibidos de frequentar a escola e de se socializar com outras pessoas.

Os filósofos gregos acreditavam que o pensamento só poderia ser

concebido por meio das palavras articuladas. Por não ouvirem, os surdos eram considerados desprovidos de razão. Aristóteles (384-322 a.C.) acreditava que quando não se falavam, consequentemente não possuíam linguagem e tampouco pensamento, pois “[...] de todas as sensações, é a adução que contribui mais para a inteligência e o conhecimento [...], portanto, os nascidos surdo-mudo se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão”, ele achava absurdo a intenção de ensinar o surdo a falar (STROBEL, 2009, p. 18-19).

Nesse período, os surdos eram considerados insensatos e desprovidos de razão. Com o passar dos anos viu-se, então, a necessidade de educar essas crianças. No Brasil, as primeiras escolas a atenderem crianças surdas foi o Instituto Benjamim Constant e o Instituto Nacional para Surdos que foi criado em 1857.

O Instituto Nacional para Surdos trabalhou por muitos anos com o método Oralista, que tinha por objetivo fazer o surdo falar. Esse método ganhou forças quando em votação foi proibida a Língua de Sinais no Congresso Internacional de Educadores de Surdos que aconteceu em Milão, em 1880 (STREIECHEN, 2017).

Foi executada uma votação neste Congresso. Apenas um Surdo estava participando, mas a este, foi impedido o direito a voto. Apenas pessoas ouvintes puderam votar e a metodologia de ensino de Surdos preferida foi do Oralismo, abolindo definitivamente o uso de Sinais na educação de Surdos (HONORA & FRIZANCO, 2006, p. 12).

Esse evento tinha por objetivo eliminar a língua de sinais e propor o método oralista que

resultou em uma grande decepção na vida de milhares de surdos.

Depois de muito tentarem oralizar os surdos e obter pouco ou quase nenhum resultado, foi permitido que o surdo utilizasse qualquer tipo de comunicação. Essa fase ficou conhecida como Comunicação Total, que permitia algumas combinações como gestos caseiros, leitura labial, mas também não obteve muitos resultados satisfatórios, pois dificultava a aprendizagem.

Para Goldfeld (2002), a Comunicação Total era o ensino do Surdo por todos os meios de comunicação, oral, gestual, mímica, etc., o que ocasionou um pouco de confusão, pois nem mesmos os surdos se entendiam. Cada um se expressava de um modo diferente do outro, pois ainda para aqueles que utilizavam a Língua de Sinais, não existia um padrão, então, para cada aluno o mesmo objeto tinha um sinal diferente.

Como resultado da luta e reivindicações dos surdos, surge o método Bilíngue (Língua de Sinais e Língua Portuguesa) que é usado em muitas instituições.

Os Surdos usam a Língua Brasileira de Sinais (Libras), uma língua viso-espacial que apresenta todas as propriedades específicas das línguas humanas e é utilizada em espaços criados pelos próprios Surdos. Seu uso é muito importante na escola, pois possibilita melhor qualidade de ensino para os Surdos, ampliando as conquistas da comunidade Surda e estimulando reflexões sobre o papel social dos Surdos em nosso país. O Surdo que tem a Libras como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa como segunda língua (L2) é considerado bilíngue. Para que o aluno Surdo alcance essa condição de bilinguismo, é

necessário que as escolas ofereçam uma educação bilíngue (Libras/Português), utilizando os métodos pedagógicos do Bilinguismo (AVELAR & FREITAS, 2016, p. 84).

É obrigatório o ensino de Libras desde o ensino infantil e também da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos Surdos, tal como previsto no art. 14, parágrafo 1º, inciso II. (BRASIL, 2004). É importante que os alunos conheçam a língua portuguesa como a língua oficial do Brasil, na modalidade oral.

A inclusão educacional começou então a ser mais discutida a partir da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), documento norteador que tratou da inserção de alunos que possuem necessidades educativas especiais e o reconhecimento das necessidades de ações para se conseguir de fato uma educação para todos, incluindo os que são impedidos por algum motivo de participar do processo educacional.

De acordo com a declaração:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades (UNESCO, 1994, p. 2).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 estabeleceu em suas diretrizes as bases da educação nacional para a educação especial no qual os sistemas de ensino devem assegurar aos

surdos recursos educativos de acordo com as suas necessidades, com professores habilitados para atender às suas diferenças linguísticas e culturais, bem como oferecer na língua nativa.

A lei prevê que os alunos que apresentam necessidade educativas devem ser atendidos, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

Art. 58º: Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 1º: Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial; § 2º: O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996).

Com o passar dos anos a Educação de Surdos adquiriu algumas conquistas como a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 regulamentada pelo Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Libras como a segunda língua oficial do Brasil.

A promulgação desse Decreto foi um grande passo na história da educação dos surdos no Brasil.

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino públicas e privadas, do sistema

federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005).

Esse Decreto orienta que a Libras deverá ser ministrada como uma disciplina obrigatória em todos os cursos de licenciatura do ensino superior, bem como no curso de Fonoaudiologia, e deverá ser ministrada em todos os níveis escolares, órgãos e departamentos de empresas.

Além dessa determinação, o Decreto também estabeleceu prazos para as Instituições de Ensino Superior incluíssem Libras na matriz curricular e delineou como deve se dar a formação dos professores para atuar no ensino da disciplina.

## IMPLANTE COCLEAR

Em uma sociedade em que a maioria das pessoas tem por comunicação a fala oral, surge a grande dificuldade para as pessoas com surdez em que a comunicação é visual, o que, na maioria das vezes, faz com que surjam estereótipos e preconceitos. Muitas vezes esse preconceito vem dos pais, quando esperam um filho sem deficiências e descobrem no seu filho a surdez. Sentem-se decepcionados e veem no implante coclear uma forma de corrigir e amenizar a surdez. Grande parte das crianças surdas são filhos de pais ouvintes, e o implante é uma forma de inserir no mundo ouvintista (STROBEL, 2009).

Ao longo dos anos foram sendo desenvolvidos muitos tratamentos para tratar a surdez. Um deles foi o implante coclear, que surgiu com a intenção e a possibilidade de reabilitar a audição. O implante permite com que a pessoa adquira a linguagem oral (CAPOVILLA, 1998).

O implante coclear é um aparelho eletrônico que funciona como uma prótese auditiva, na medida que desempenha a função das células ciliares ao fornecer a estimulação elétrica às células ganglionares espirais remanescentes no nervo auditivo da cóclea. Não objetiva amplificar o som para poder chegar a estimular as células ciliares, eventualmente remanescentes. Em vez disso, cria uma via alternativa, um atalho, para contornar as células ciliares danificadas, e estimular diretamente as células ganglionares espirais do nervo auditivo, produzindo a experiência de som e melhorando o desempenho auditivo (CAPOVILLA, 1998, p. 52).

O implante é realizado com mais frequência em crianças de até três anos de idade, devido a uma mais fácil adaptação ao aparelho.

Bento (1997) refere que o aparelho de Implante Coclear não é um amplificador de som, trata-se de um estimulador elétrico. Coloca que o implante fará o papel de todo ouvido, incluindo desde a captação do som, a transformação do mesmo em estímulo elétrico e a estimulação do nervo auditivo. Segundo este autor, não há mais a necessidade da orelha, membrana do tímpano, ossos do ouvido e cóclea.

Os critérios de seleção para realizar o implante com a idade de 2 a 17 anos são:

- Índice de reconhecimento de fala menos que 30% com a melhor amplificação possível com prótese convencional;
- Compromisso com terapia fonoaudiológica;
- Ausência de contraindicação médica.

O implante coclear tem se mostrado como a melhor opção para aqueles que nasceram surdos ou tiveram perdas que não pode ser suavizada com aparelhos normais, permitindo

que o implante ouça sons. A recuperação depende de alguns fatores, quanto tempo a pessoa conviveu com a falta de audição, da estimulação realizada, da idade da criança.

Alguns cuidados devem ser levados em conta após o implante:

Devem evitar esportes de contato físico como futebol, basquete, voleibol e outros, já que uma pancada na cabeça pode fazer com que o implante deixe de funcionar. Ela deve remover todos os componentes externos antes do banho ou natação, e deve carregar sempre um conjunto extra de baterias, já que a autonomia das recarregáveis é de apenas de 10 a 12 horas de operação contínua. Como o implante contém um magneto, a criança deve evitar uma série de situações, como o exame médico de ressonância magnética. Além disso, a descarga eletrostática pode danificar o aparelho, queimando os componentes eletrônicos ou corrompendo o software do processador de fala (CAPOVILLA, 1998, p. 81).

O desenvolvimento da fala para crianças implantadas é um processo lento e contínuo; algumas chegam a desenvolver somente depois de muitos anos depois da ativação do aparelho.

O sucesso do uso e dos resultados do implante variam de pessoa para pessoa, sendo necessário sempre realizar um tratamento contínuo com estimulações para obter bons resultados.

## CULTURA E IDENTIDADE SURDA

Para a maioria dos surdos, a língua de sinais é a língua materna, o que permite uma comunicação com as outras pessoas. Os surdos que dominam Libras (Língua Brasileira de Sinais) como língua materna, já possuem uma cultura e uma identidade própria.

Quando se discute sobre identidade, logo se pensa nas características de um determinado povo que se difere dos outros, que grande parte das vezes é classificado pela arte, forma de viver, roupas, cor de pele, nacionalidade.

Segundo Strobel (2015), a cultura surda se refere a comportamentos, valores, regras e crenças, que permeiam e preenchem as comunidades surdas. Dentre os elementos principais da cultura surda estão as experiências visuais e as linguísticas que são essenciais para os indivíduos surdos.

A cultura surda é formada por algumas características relacionadas a experiência visual, experiência esportiva e tecnológica que permite a acessibilidade ao surdo. “Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades e das ‘almas’ das comunidades surdas” (STROBEL, 2015, p. 30).

Concordando com Salles (2005), é através da cultura que uma comunidade se constitui, integra e identifica as pessoas. Ou seja, a existência de uma cultura fortalece a identidade. Alguns surdos possuem preferência por se comunicarem com pessoas semelhantes as eles, e isso faz com que aumente e fortaleça a sua identidade.

Para Perlin (1998), fazem parte da identidade surde, os surdos que se aceitam e reconhecem a Língua de Sinais como meio de comunicação. São pessoas que participam da comunidade e gostam de estar entre seus semelhantes, o surdo estando dentro de uma cultura adquire uma identidade que é própria dele.

A identidade é algo que se adquire a longo prazo, no caso de pessoas com surdez a identidade é adquirida por meio do contato com outras pessoas, nos encontros entre surdos. Para Skliar e Duchatzky (2000), a

identidade é algo em questão, em construção que pode frequentemente ser transformado ou simplesmente estar em movimento empurrando assim o sujeito em diferentes posições.

A identidade surda possui várias categorias. Segundo Perlin (1998), as identidades podem ser definidas como:

- Identidade Flutuante: o surdo se espelha na representação hegemônica do ouvinte, vivendo e se manifestando de acordo com o mundo ouvinte;
- Identidade Inconformada: o surdo não consegue captar a representação da identidade ouvinte, hegemônica, e se sente numa identidade subalterna;
- Identidade de Transição: o contato dos surdos com a comunidade surda é tardio, o que faz passar da comunicação visual-oral (na maioria das vezes truncada) para a comunicação visual sinalizada – o surdo passa por um conflito cultural;
- Identidade Híbrida: reconhecida nos surdos que nasceram ouvintes e se ensurdecaram e terão presentes as duas línguas numa dependência dos sinais e na oralidade;
- Identidade Surda: ser surdo é estar no mundo visual e desenvolver sua experiência na Língua de Sinais. Os surdos que assumem a identidade surda são representados por discursos que os veem capazes como sujeitos culturais, uma formação de identidade que só ocorre entre espaços culturais surdos.

Para Silva (1998, p. 58): “A identidade cultural ou social é o conjunto dessas características pelas quais os grupos sociais se definem como grupos: aquilo que eles são, entretanto, é inseparável daquilo que eles não são, daquelas características que os fazem diferentes de outros grupos”. A identidade está sempre em construção ou transformação, por isso é necessário realizar estudos teóricos acerca do tema, entender como

ocorre esse processo, principalmente em crianças com o implante coclear.

## METODOLOGIA E COLETA DE DADOS

As análises fundamentam-se no método fenomenológico hermenêutico, pois, concordando com Gamboa (1996), que conhecer a realidade significa compreendê-la. A compreensão de um fenômeno só é possível com relação à totalidade à qual pertence. Não há compreensão de um fenômeno isolado, no caso do implante coclear, e o desafio é considerar o objeto em meio a múltiplos determinantes, como um processo cirúrgico na adaptação e na aquisição da linguagem, por exemplo.

A pesquisa de campo se desenvolveu em uma escola do município de Irati-PR, na qual funciona o CAS (Centro de Atendimento a Surdez), através de 40 horas de observações feitas em sala de aula e nos intervalos. A pesquisa foi realizada com uma criança que possui o implante coclear há um ano, visto que essa criança possui outras limitações. A aluna é do sexo feminino, está atualmente com 8 anos de idade e frequenta a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) no município de Teixeira Soares no período da manhã, e o CAS no período da tarde. Foram realizadas 40 horas de observação, intercalando com a sala de aula e horário do recreio. Para isso, foram realizadas anotações em forma de um diário de campo.

A observação é uma técnica que permite vivenciar a realidade. Deslandes (2007) cita que a observação participante tem a finalidade de realizar uma investigação científica, onde o observador participa do espaço social em que estão os sujeitos, com o objetivo de realizar uma coleta de dados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com as observações realizadas pode-se perceber que em sala de aula a criança observada realizou todas as atividades propostas pelo professor. Entretanto, em alguns momentos demonstrou dificuldades em manter o foco e atenção nas atividades. Nas horas do recreio, ela demonstrou facilidade de interagir com as outras crianças.

Como percebe-se também que a criança mostrou sempre um grande interesse, deduziu-se que esse não é um fator determinante na questão da identidade, pois ela ainda está em processo de adaptação do aparelho.

Em relação ao implante coclear, pode-se perceber que a aluna sente um pouco de desconforto, pois tenta tirar o aparelho externo.

O professor fez com que ela se sentisse mais confortável e inclusive possível realizando as atividades, tais como: figuras representando a imagem e o sinal em Libras, letras em Libras, montagem de palavras com o alfabeto em Libras e atividades de pinturas para desenvolver a coordenação motora. Também foram realizados vários testes auditivos para promover a estimulação de sons.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho foi de extrema importância, pois permitiu estudar e conhecer mais sobre a educação especial, mais especificamente sobre a educação de alunos surdos e alunos que possuem o implante coclear. Forneceu a possibilidade de refletir sobre alguns problemas que ocorrem com a identidade de um aluno implantado. Permitiu verificar também como é o processo de adaptação ao implante coclear e como a criança identifica-se após realizar o implante.

Na pesquisa observatória realizada, observou-se que a criança se sente um pouco confusa em relação a sua identidade, já que no mesmo espaço escolar é trabalhado a questão auditiva e a Libras.

Reconhecendo a Libras e o implante como alternativa para a educação dos surdos percebe-se a necessidade que se desenvolva mais pesquisas sobre o tema, tanto na parte educacional como na clínica, para um melhor aprendizado do aluno surdo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVELAR, T. F.; FREITAS, K. P. S. A importância do português como segunda língua na formação do aluno surdo. **Revista Sinalizar**, v. 1, n. 1, p. 12-24, jan./jun. 2016.
- BENTO, R. F. **Informe-se sobre Implante Coclear**. (Faculdade de Medicina USP – Disciplina de Otorrinolaringologia). Disponível em: <<http://www.henet.usp.br/otorrino/>>. Acesso em: 12 ago. 2017.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. MEC, Brasília, 1996.
- BRASIL. **Decreto n. 5.262, de 22 de dezembro de 2005**. Brasília, DF, 2005.
- CAPOVILLA, F. C. O implante coclear como ferramenta de desenvolvimento linguístico da criança surda. **Rev. Bras. Cres. Desenv. Hum.**, São Paulo, v. 8, n. 1/2, 1998.
- DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- GAMBOA, S. S. **Epistemologia da pesquisa em educação**. Campinas: Práxis, 1996.
- GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2 ed. São Paulo: Plexus, 2002.
- HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Livro ilustrado da língua brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.
- PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- SALLES, H. M. M. **Ensino de língua portuguesa para surdo: caminho para a prática pedagógica**. Brasília: MEC, SEESP, 2005.
- SKLIAR, C.; DUCHATZKY, S. O nome dos outros: reflexões sobre os usos escolares da diversidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 163-178, 2000.
- SILVA, T. T. **Contrabando, incidentes de fronteiras: ensaios de estudos culturais em educação**. Porto Alegre: Plexus, 1998.
- STREIECHEN, E. M. **Libras: aprender está em suas mãos**. 2 ed. Curitiba: CRV, 2017.
- STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.
- STROBEL, K. **Revista virtual de cultura surda e diversidade**, 2009. Disponível em: <<http://www.editora-arara-azul.com.br/revista/03/perfil.php>>. Acesso em: 28 set. 2016.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Espanha, 1994.
- <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2019.